



Relator: *Ver. Maicon Vigentini*

## Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

### PROJETO DE LEI Nº 43 /2025 DE 16 DE JUNHO DE 2025

**Autoriza ao Poder Executivo a realizar contratação temporária de servidor, em caráter emergencial e excepcional e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Ibiacá, no uso de suas atribuições legais,

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar por tempo determinado, para atender necessidade temporária de pessoal e de excepcional interesse público nos termos previstos na Carta Magna, no Regime Jurídico dos Servidores do Município e no Plano de Carreira Municipal, para suprir necessidades da Secretaria da Saúde, o seguinte cargo:

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
01	Farmacêutico	40h	4.259,23

**§ 1º** A remuneração, carga horária e atribuições da categoria funcional de que trata o "caput" deste artigo, será de acordo com as disposições do respectivo Plano de Carreira do Município de Ibiacá, instituído através da Lei Municipal nº 1.427, de 05 de dezembro de 2018, e suas alterações.

**§ 2º** O contrato terá vigência de 06(seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse da administração e para atendimento das demandas da Saúde Municipal.

**Art. 2º** A contratação será de natureza administrativa e o servidor contratado nos termos desta Lei, ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**Art. 3º** A seleção será efetuada através da realização de Processo Seletivo Simplificado – prova de títulos, com a divulgação por meio de Editais, publicados no sítio do Município e na rede mundial de comunicação – Internet.

**Art. 4º** A contratação a que se refere a presente Lei, poderá ser cancelada a qualquer tempo, atendendo a demanda organizacional ou ao interesse público.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas à Secretaria da Saúde, nos termos da lei-de-meios em execução.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ  
16 DE JUNHO DE 2025

*[Assinatura]*  
**JONES ROBERTO CECCHIN**  
PREFEITO MUNICIPAL



## Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para exame e votação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei que autoriza contratar temporariamente, em caráter excepcional, profissional para atendimento de demanda da Saúde do Município.

Justificamos a necessidade da contratação tendo em vista que a Servidora atualmente ocupante do cargo em questão, na Unidade Básica de Saúde, está grávida, e restará afastada de suas funções, em licença maternidade.

A assistência farmacêutica em tempo integral proporciona aos usuários de medicamentos uma correta orientação sobre o uso, interações e contraindicações de fármacos, além de manter o estabelecimento dentro da legislação vigente.

Para a contratação autorizada, faremos a seleção através de Processo Seletivo Simplificado, que será divulgado nas redes sociais e site do município.

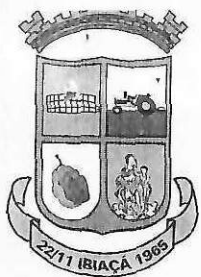
Desta forma, esperamos a aprovação dessa egrégia Casa Legislativa para Projeto tão significativo a fim de que possamos contar com o servidor na respectiva categoria funcional para suprir a necessidade da Unidade Básica de Saúde e podermos atender prontamente a população do município.

Atenciosamente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ  
16 DE JUNHO DE 2025

  
JONES ROBERTO CECCHIN  
PREFEITO MUNICIPAL





**Prefeitura Municipal de Ibiaçá**

**Estado do Rio Grande do Sul**

**Ofício 079/2025**

Ibiaçá, 26 de maio de 2025.

**Assunto: Contratação de farmacêutico(a) para Unidade Básica de Saúde.**

Ao cumprimenta-lo cordialmente venho através desse solicitar a abertura de um processo seletivo para contratação de farmacêutico bioquímico para a Unidade Básica de Saúde de Ibiaçá a partir do mês de agosto, ou se caso necessário, antes do mês previsto. A farmacêutica concursada, Letícia Panisson, portadora do CPF 009.165.830-66, está gestante e necessitará se afastar de suas atividades por determinado período. Os sete profissionais cadastrados pelo Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste do RS- CIRENOR, até a presente data, não tem disponibilidade de horários, sendo necessário a abertura do processo seletivo.

A necessidade dá-se conforme a legislação abaixo:

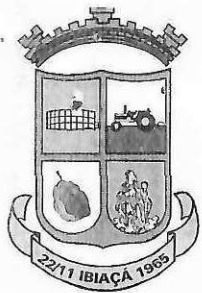
Conforme a **LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014** ---

Art. 13. Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a:

I - notificar os profissionais de saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial, dos efeitos colaterais, das reações adversas, das intoxicações, voluntárias ou não, e da farmacodependência observados e registrados na prática da farmacovigilância;

II - organizar e manter cadastro atualizado com dados técnico-científicos das drogas, fármacos e medicamentos disponíveis na farmácia;

**Secretaria Municipal  
de Saúde**  
Município de Ibiaçá/RS



## Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

III - proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais, de natureza pública ou privada;

IV - estabelecer protocolos de vigilância farmacológica de medicamentos, produtos farmacêuticos e correlatos, visando a assegurar o seu uso racionalizado, a sua segurança e a sua eficácia terapêutica;

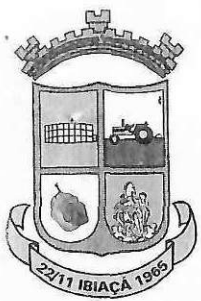
V - estabelecer o perfil farmacoterapêutico no acompanhamento sistemático do paciente, mediante elaboração, preenchimento e interpretação de fichas farmacoterapêuticas;

VI - prestar orientação farmacêutica, com vistas a esclarecer ao paciente a relação benefício e risco, a conservação e a utilização de fármacos e medicamentos inerentes à terapia, bem como as suas interações medicamentosas e a importância do seu correto manuseio.

Art. 14. Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos, visando a garantir a eficácia e a segurança da terapêutica prescrita, observar os aspectos técnicos e legais do receituário.

Desse modo, considerando a necessidade urgente de um profissional para acompanhar a entrega de medicamentos, fazer o controle de compra e estoque, bem como das datas de vencimentos e dos pedidos de medicamentos via defensoria pública, imperiosa a presente contratação. Além disso, não é possível que cesse o fornecimento de medicação aos munícipes.


Secretaria Municipal  
de Saúde  
Município de Ibiacá



**Prefeitura Municipal de Ibiacá**

Estado do Rio Grande do Sul

Desde já, agradeço e coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

  
MIGUELI DURIGON

Vice-prefeito Municipal de Ibiacá/RS

Responsável pela SMSaúde

Secretaria Municipal  
de Saúde  
Município de Ibiacá/RS

**A/C PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIACÁ**

**Excelentíssimo Sr. Jones Roberto Cecchin**

**Prefeito Municipal de Ibiacá**

Secretaria Municipal  
de Saúde  
Município de Ibiacá



**Prefeitura Municipal de Ibiacá**

Estado do Rio Grande do Sul

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO  
PROJEÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL**

**Contratação emergencial de servidor para atendimento das  
demandas da Saúde do Município.**

**EXERCÍCIO DE 2025  
Junho**

Contratação emergencial de servidor no cargo de Farmacêutico para  
atendimento das demandas da Secretaria de Saúde.

Item	Descrição	Nº	Valor mensal R\$	Valor Mensal Acréscimo R\$
<b>Contratação Emergencial</b>				
01	Farmacêutico	01	4.259,23	4.259,23

Informações Complementares:

- Contratação Emergencial  
- - FPS PAT – 15,8491% - RGPS = 12,00% - RPPS = 16,00% - PASSIVO ATUARIAL = 21%

**ESTIMATIVA DE GASTOS:**

Discriminativo	2025	2026	2027
Contratação Emergencial	31.794,00	33.702,00	0,00
Totais:	31.794,00	33.702,00	0,00





## Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

### ORIGEM DOS RECURSOS:

Discriminativo	2025	2026	2027
Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados	31.794,00	33.702,00	0,00
Totais:	31.794,00	33.702,00	0,00

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os gastos decorrentes das adequações estão previstas na lei orçamentária anual para o exercício de 2025, podendo ainda ser abertos créditos adicionais nos limites previstos na LOA/2025.

### IMPACTO DOS GASTOS COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

01	Receita Corrente Líquida do ano anterior 2024	36.615
02	Projeção da RCL Período de 01/01 a 31/12/2025	39.500
03	Projeção da RCL Período de 01/01 a 31/12/2026	42.700
04	Projeção da RCL Período de 01/01 a 31/12/2027	46.100
05	Despesa com pessoal Exercício de 2024	15.971
06	Despesa com pessoal estimada para o exercício 2025	18.646
07	Despesa com pessoal estimada para o exercício 2026	20.078
08	Despesa com pessoal estimada para o exercício 2027	21.260
09	Percentual da despesa com pessoal S/RCL 2024	43,62%
10	Percentual da despesa com pessoal S/RCL 2025	47,20%
11	Percentual da despesa com pessoal S/RCL 2026	47,02%
12	Percentual da despesa com pessoal S/RCL 2027	46,11%

### LIMITES PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL

Item	Descrição	Limite(%)
01	Limite para emissão de <b>Alerta</b>	48,60
02	Limite Prudencial	51,30
03	Limite Legal – Poder Executivo (Art. 20, Inciso II, alínea "b" da LRF	54,00

### RESULTADO DO IMPACTO:

- a) **ATENDE** as exigências previstas no art. 20, III da LC nº 101/2000, em decorrência que a estimativa de gastos com pessoal, não ultrapassa o limite legal de 54%;



## Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

- b) ATENDE** as exigências previstas no art. 22, parágrafo único da LC nº 101/2000, em decorrência de que os gastos apurados não ultrapassam o limite de 95% da RCL, conforme estabelecido no art. 20, inciso III, sendo 51,30% para o Poder Executivo.

### CONCLUSÕES:

#### I – OBRIGATORIEDADES CONSTITUCIONAIS:

**(X)** Atende ao Inciso I do parágrafo primeiro do art. 169 da CF, conforme demonstrativo apurado no impacto orçamentário;

**(X)** Atende ao Inciso II do parágrafo primeiro do art. 169 da CF, constando autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício;

#### II – IMPACTO DO GASTO DE PESSOAL SOBRE RCL

**(X)** Atende ao Inciso III do art. 20 da LC 101/2000;

**(X)** Atende ao parágrafo único do art. 22 da LC 101/2000;

#### III – IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

**(X)** Atende ao Inciso I do art. 16 da LC 101/2000;

#### IV – IMPACTO FINANCEIRO

**(X)** Atende ao Inciso I do art. 16 da LC 101/2000.





**Prefeitura Municipal de Ibiacá**

Estado do Rio Grande do Sul

**Senhor Ordenador da Despesa:**

A presente despesa está em condições de ser realizada, podendo ser emitido o atestado nos termos do inciso II do art. 16 da LC 101/2000.

Ibiacá/RS, 10 de junho de 2025

**CARINE TESTON MINOTTO**  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**CARMELIANA PICOLOTTO ZAGO**  
CRC/RS 63246/0-5



**Prefeitura Municipal de Ibiacá**

Estado do Rio Grande do Sul

## **DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA**

**JONES ROBERTO CECCHIN**, Prefeito Municipal de Ibiacá/RS, no uso das atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, na qualidade de ordenador da despesa e considerando a estimativa de impacto orçamentário e financeiro datado de 10/06/2025, **DECLARO** existir recursos para realizar as despesas, cuja despesa se processará nas contas de despesa da Lei Orçamentária anual, estando adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Ibiacá/RS, 10 de junho de 2025

  
**JONES ROBERTO CECCHIN**  
PREFEITO MUNICIPAL